

quer empréstimo compulsório para dívida pública interna

Brasília — Logo que assumir a Presidência, o candidato Tancredo Neves deveria impor um empréstimo compulsório a ser cobrado das grandes empresas e pessoas mais ricas, para ajudar a pagar os encargos e amortizar a dívida interna. Essa sugestão foi dada ao candidato da Aliança Democrática, pela assessoria parlamentar do PMDB, através do documento Nova República. O PMDB acredita que, até o final deste ano, a dívida interna deverá atingir a cerca de Cr\$ 300 trilhões.

“Como a dívida cresceu de tal forma que não pode deixar de ser encarada como uma ameaça real, deve ser encontrada fórmula de substituir as Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), em circulação, por títulos de longo prazo, com correção monetária reduzida, que em alguns casos poderá ser até simbólica, como forma de desafogar o Tesouro”, acrescentou o documento.

Política de austeridade

No entendimento das bases do PMDB, o futuro Governo deverá insistir numa limitação das despesas de toda a área governamental, pois, “sem uma substancial redução dos gastos públicos, não há qualquer possibilidade de êxito” na política de estabilização monetária, regularização do crédito e combate à inflação.

De acordo com o volumoso documento (610 páginas), as LTNs e ORTNs também deverão deixar de ter a finalidade, exclusiva ou quase, de captar recursos para refinarçar a dívida pública, cobrir déficits ou financiar programas governamentais. Os peemedebistas também sugerem ao candidato à Presidência que seja aplicado um redutor sobre a correção monetária, para provocar uma queda nos custos financeiros das empresas e do Governo, além de contribuir para desacelerar a inflação e diminuir o ritmo de crescimento da própria dívida interna.

Depósito compulsório

Os depósitos compulsórios dos bancos — se utilizada, por Tancredo, uma outra sugestão do PMDB — deixarão de ser usados pelo Banco do Brasil como fonte de recursos, abolindo-se a prática de depositá-los junto a ele na conta-movimento do Banco Central. Admite-se, contudo, que “o abrupto estancamento dessa fonte” poderá criar dificuldades para o Banco do Brasil, razão pela qual o PMDB sugere o estabelecimento de um percentual, vinculado à expansão desejada da base monetária.

O coordenador do capítulo do documento sobre finanças foi o Deputado Federal Celso Sabóia, ex-diretor de Crédito Rural do Banco Central. O trabalho diz que “todos os tipos de depósitos, inclusive os de poupan-

ças, ficarão sujeitos a depósitos compulsórios, recolhendo-se ao Banco Central os excessos de captação sobre os percentuais mensais estabelecidos em função do crescimento anual desejado”.

As cadernetas de poupança também poderão ser afetadas se Tancredo Neves for eleito e aproveitar uma outra idéia dos parlamentares de seu partido, que consiste em reduzir a liquidez de certos haveres não monetários (eles citam as cadernetas e os títulos da dívida pública) “como alternativa capaz de permitir um melhor controle sobre a expansão dos meios de pagamento”.

O documento do PMDB propõe a redução da liquidez das cadernetas de poupança porque, com o sistema atual de rendimento mensal dos depósitos, é quase impossível conter a expansão monetária. O trabalho não diz, mas deixa implícito que o rendimento das cadernetas deve voltar ao que era antes, trimestral.

O Índice Geral de Preços, segundo o documento, poderá ser adotado como “único fator de correção monetária, abolindo-se os demais índices”. A citação é textual e, no caso, é redundante porque o Índice Geral de Preços mede a inflação que, atualmente, é igual às correções monetária e cambial.

MAURÍCIO CORREA